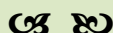


RESENHA

A NARRATIVA HISTÓRICA E AS DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS

Diogo da Silva Roiz



GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

As discussões acerca da história da historiografia no século passado deram uma considerável atenção sobre as formas de apresentação da narrativa histórica. A obra *Estudos sobre a escrita da história*, organizada por Manoel Luiz Salgado Guimarães, nos oferece um conjunto de contribuições que circunstanciam momentos desse debate, além de tratarem da retórica da nacionalidade na escrita da história no Brasil do século 19 e das sociabilidades letradas nas décadas iniciais do século passado, período em que ocorreu a transição do autodidatismo para a profissionalização do trabalho intelectual de história, com a criação das primeiras universidades do país.

Como indica Carlos Fico, na apresentação, “a cada texto, surgem mais claramente não apenas as questões específicas ali abordadas, mas

também toda uma série de iluminações sobre a escrita da história” (p. 12).

No texto de abertura, de François Hartog, sinaliza-se para as mudanças nos modelos de interpretação do tempo histórico, averiguadas por meio do conceito de regimes de historicidade, no qual “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro”, são analisadas de acordo com a forma como grupos e indivíduos a apreendem em seus textos de uma época para a outra e conforme a “ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma”. Por isso, “não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico” (p. 16) de interpretação do processo histórico e da maneira pela qual é apreendido pelos indivíduos, tanto quanto pela escrita da história.

De forma sintética teríamos, para ele, um antigo regime de historicidade, configurado pela *historia magistra vitae*, a história como mestra da vida, porque fornecedora de exemplos do passado para a orientação das ações dos grupos e dos indivíduos no presente, estando “fundado sobre o paralelo”, que dimensiona “apelo às lições da história e recorre à imitação” de seus gestos e de suas opções para o presente, em vista de o passado ser sempre uma construção retrospectiva, em cada presente histórico.

Este modelo teria vigorado até o século 18 quando, então, se formaria um novo regime de historicidade, em que o “tempo é percebido como aceleração, [e] o [acontecimento] exemplar deu lugar ao [processo] único”, por que o “acontecimento é aquilo que não se repete”. Tal processo configuraria um regime futurista sobre os critérios de apreensão das categorias passado, presente e futuro. Na medida em que os exemplos do passado não nos servem como opções de orientação no presente, tanto quanto a compreensão de sequências de acontecimentos vinculados a um processo histórico único, linear e progressivo para o futuro não fornece mais as dimensões do que ainda não ocorreu, ter-se-ia, ao longo do século passado, a conformação de um regime presentista, em função da atrofiação, tanto do passado, quanto do futuro, em vista da

maior elasticidade do próprio presente. Onde a constante preocupação com a memória coletiva e individual, com os lugares de memória, com os museus e com o patrimônio histórico, cujo valor, entre outras coisas, estaria em efetuar uma constante manutenção das identidades coletivas.

Nos cinco textos nos quais se discute a retórica da nacionalidade na escrita da história no século 19 no Brasil, o estudo de Temístocles Cezar, que abre o conjunto, aborda a questão por meio do estudo da obra de Varnhagen. Para ele, “uma das características da cultura historiográfica oitocentista foi a produção de um discurso destinado a convencer, a persuadir os brasileiros de que partilhavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade”. Por essa razão, uma “retórica da nacionalidade parece ser uma expressão cômoda para definir esse discurso, cuja característica é a dispersão de seus elementos constituintes” (p. 29). Nesse ínterim, a obra de Varnhagen “teria [...] comprovado que a ocupação tupi, efetuada em meio às maiores crueldades, sacrifícios e canibalismo, não foi mais do que uma invasão, cuja expiação teria chegado com Colombo e Cabral”. Além do mais, independentemente do grau de excentricidade, a postura de Varnhagen em relação aos índios talvez possa ser entendida a partir da sua inserção em uma querela não assumida e não declarada pela cultura histórica do Brasil do século 19, mas nem por isto inexistente, entre antigos, modernos e selvagens, na qual o “índio seria, no início, este moderno representante da disciplina histórica, até passível de certa simpatia”, mas a “experiência e a pesquisa lhe teriam demonstrado sua condição ‘selvagem’ e seu estado decadente” (p. 36).

O trabalho de Manoel Luiz Salgado Guimarães dá prosseguimento a algumas questões apontadas por Cezar, ao estudar as tensões na escrita da história no Brasil oitocentista, geradas pelas Luzes e pelo Romantismo. Para ele, tal como apontou Koselleck e conceituou Hartog, na passagem do século 18 para o 19 haveria uma metamorfose na escrita da história, em função da mudança de regime de historicidade, de uma história exemplar para uma história processual e contínua, cujos traços

desses debates seriam apreendidos pelos periódicos brasileiros oitocentistas.

Assim, nas páginas de *O Patriota*, “o conhecimento do passado pode emular, o que supõe um poder de estímulo à ação a partir de certos referenciais morais capazes de auxiliar na produção de julgamentos no momento da ação”, pois, um “bom conhecimento da história, entendida como a experiência de outros povos, pode auxiliar neste processo de construir referências para a ação num mundo em transformação, marcado pela velocidade com que uma a uma as certezas do passado são postas em xeque” (p. 80). Não por acaso, o “uso da história guarda, nas páginas do jornal, um sentido ainda eminentemente universalista, onde temas variados parecem compor as peças necessárias do quebra-cabeças da história universal, concebida como história da civilização”, e “neste movimento escrevia-se uma tradição em que os valores da Ilustração setecentista são reafirmados ainda que submetidos a estas novas demandas” (p. 83).

Rodrigo Turin retoma o tema da obscura história indígena, com base no discurso etnográfico produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1840 e 1870. E, como nota, do mesmo modo que Varnhagen, “usavam a filologia para construir um passado para os selvagens com o objetivo, que não deixa de ser paradoxal, de negar àqueles povos a condição de pertencimento a uma consciência histórica moderna, ocidental e cristã”, dado que estes “seriam incluídos não mais em uma temporalidade bíblica, mas antes em um tempo da natureza” (p. 107).

Taíse Tatiana Quadros da Silva igualmente se aproxima de Cezar, ao estudar a erudição ilustrada de Varnhagen. Para ela, as possibilidades mesmas para a escrita do passado se definiriam no bojo de mudanças culturais decorridas ao longo do século 18 em Portugal, desdobrando-se, inclusive, na historiografia oitocentista que se desenvolveria no Brasil e cuja ênfase estaria em construir os nexos de um passado, com vistas a formar as bases da história nacional. O estudo de Fernando Devoto, por

sua vez, detém-se sobre as disputas e os confrontos dos historiadores positivistas argentinos.

Ao tratarem das sociabilidades letradas, Marieta de Moraes Ferreira e Lucia Maria Paschoal Guimarães discutem as mudanças na escrita da história que se deram nas décadas iniciais do século passado no Brasil. Ferreira centra atenção na institucionalização dos cursos universitários do Rio de Janeiro, nos quais o “tema do desenvolvimento de uma história da civilização em oposição às histórias nacionais foi objeto de intensos debates e mobilizou muitos professores e historiadores, tanto na esfera internacional como no Brasil” (p. 148). No decurso desses debates, seria possível, segundo essas autoras, levantar a hipótese de que a institucionalização do curso de História no Rio de Janeiro na FNFi [Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que viria substituir a Universidade do Distrito Federal, a partir de 1939, com a extinção desta] foi fortemente influenciada por uma concepção de história afinada com as regras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde predominava a concepção de uma história política destinada a reforçar os laços de identidade nacional brasileira através do fortalecimento da unidade nacional e do papel dos grande heróis como construtores da nação (p. 156).

Já Lucia Guimarães confere enfoque à circulação dos saberes, de sociabilidades e linhagens historiográficas, ao estudar o percurso de dois congressos de história nacional, ocorridos entre 1914 e 1949. Em sua análise, demonstra como “os autores nacionais não negavam a matriz cultural portuguesa, nem repudiavam a colonização reinol, a pretendida cooperação luso-brasileira de historiadores”, mas, “por certo, [isso] não implicava [n]a construção de uma historiografia comum” (p. 177), em função das peculiaridades de cada uma, tanto quanto das formas com que estavam sendo construídas as narrativas sobre a nacionalidade no Brasil e em Portugal.

Ao se deterem nas tradições e linguagens, histórica e literária, Francisco Alves, Durval Muniz, Maria da Glória e Fernando Nicolazzi,

enfatizariam as contribuições de Euclides da Cunha, de Capistrano de Abreu, de Gilberto Freyre e da análise historiográfica como prática de excomunhão.

Em síntese, os textos abordam como a narrativa histórica, em geral centrada no discurso sobre a formação da nacionalidade, cerceou a constituição do ofício de historiador na Europa, a partir do século 18, assim como também no Brasil, a partir do século 19.

DIOGO DA SILVA ROIZ é professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, doutorando em História na Universidade Federal do Paraná e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista.

Endereço: rua Tibagi, 404/100 - 80060-110 - Curitiba - PR.

E-mail: diogoroizs@yahoo.com.br.

Recebido em 25 de março de 2011.

Aceito em 1º de junho de 2011.